

A relevância das incubadoras de empresas no mundo contemporâneo

Silvana Alves da Silva*

Resumo

Este artigo chama a atenção para o fato de que as incubadoras de empresas exercem um papel relevante, sobretudo, no que se refere à geração de trabalho e renda e de conhecimento tecnológico. O objetivo principal é evidenciar a importância que elas têm num contexto de mudanças no mundo do trabalho que conduziram ao crescente aumento da taxa de desemprego no Brasil e às exigências, cada vez mais crescentes, de as empresas ganharem competitividade a partir do desenvolvimento tecnológico. As incubadoras são, portanto, uma das possíveis respostas para aqueles que buscam saídas para o desemprego, além de contribuírem para o desenvolvimento tecnológico, em consonância com os esforços destinados à elevação das condições subalternas, vivenciadas pelos países emergentes.

Palavras-chave: incubadoras de empresas; trabalho e renda; desenvolvimento tecnológico.

Abstract

This article draws attention to the fact that business incubators play an important role, especially with regard to the generation of employment and income and technological knowledge. The main objective is to highlight the importance they have in the context of changes in the world of work that led to the increasing rate of unemployment in Brazil and to the ever increasing demands, the companies gain competitiveness through the development of technology. The incubators are therefore one of the possible responses to those seeking to exit unemployment and contribute to technological development, in line with efforts to increase the subordinate conditions experienced by developing countries.

Keywords: business incubators; work and income; technological development.

* Formada em Administração de Empresas pela PUC Minas, servidora do CEFET-MG no cargo de Administrador e Mestranda pela PUC-SP no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. E-mail: silvana@adm.cefetmg.br

Introdução

A Sociologia do Trabalho fornece os principais subsídios teóricos para a compreensão das transformações ocorridas nas formas de organização do processo de trabalho e de suas consequências sociais. Pelas mudanças ocorridas na transição da Sociedade Industrial para a Pós-Industrial, compreende-se que as transformações nas formas de organização do processo de produção e de prestação de serviços, ou seja, no mundo do trabalho, e todas as demais esferas da sociedade influenciaram-se mutuamente.

Em virtude das mudanças ocorridas a partir da reestruturação produtiva, os trabalhadores têm buscado opção à falta de perspectivas de inclusão e da inércia condicionante das forças do mercado. A Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, realizada no período de novembro de 2008 a novembro de 2009, estudou o comportamento do conjunto das regiões – Distrito Federal, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo – constatando ser insuficiente a criação de 114 mil ocupações para absorver a entrada de 170 mil pessoas no mercado de trabalho, acarretando o aumento de 56 mil pessoas no contingente de desempregados.

Segundo prognósticos, o século XXI será o século do fim dos empregos e do surgimento de novas e precárias relações de trabalho, sobretudo, pela nova lógica empresarial, cujo fundamento é a diminuição dos custos de produção com a utilização de sofisticadas tecnologias e uma verdadeira revolução nas técnicas de gerenciamento dos processos de trabalho, que intensificam a atividade dos trabalhadores ainda necessários e reduzem consideravelmente os níveis de contratação de outros. Os novos investimentos tendem a ser intensivos em bens de capital e, por isso, não são geradores de grande número de postos de trabalho, assim como eram nas organizações tayloristas/fordistas. Tais considerações levam a crer que não faz nenhum sentido, governos, partidos políticos e sindicatos continuarem prometendo pleno emprego, quando talvez ganhassem mais propondo alternativa ao trabalho produtivo, abrindo as portas para todas as iniciativas possíveis.

As incubadoras de empresas, que são postas como uma destas possibilidades, são ambientes dotados de capacidade técnica, gerencial, administrativa e infraestrutura para amparar o pequeno empreendedor e abrigar, sobretudo, empresas inovadoras, frutos de projetos de pesquisa

e desenvolvimento científico e tecnológico. Elas são reconhecidas como uma das responsáveis pela transferência de tecnologia de universidades e centros de pesquisa para a sociedade.

As economias dos países desenvolvidos demonstram que as vantagens competitivas atuais estão ancoradas na aplicação de novos conhecimentos, na inovação e na cooperação, esta no sentido de que passa a ser necessário compartilhar talentos, recursos financeiros, conhecimentos e tecnologia.

O contexto que serve como pano de fundo para o mundo do trabalho e seu entorno configura-se da seguinte forma: de um lado estão os trabalhadores que precisam se qualificar para garantir alternativa de sobrevivência, via atividade empreendedora ou via ocupação de postos de trabalho qualificados e, de outro, estão as empresas e os governos que se despertam para a necessidade de investirem em desenvolvimento tecnológico. As empresas, porque precisam garantir competitividade no mercado para sobreviverem e continuarem garantindo renda aos seus trabalhadores e os governos, porque sabem que somente irão transformar sua realidade de países emergentes se investirem na geração de conhecimento tecnológico, o que já tem sido muito bem feito pelos países desenvolvidos. Desse cenário traçado, emergiram as incubadoras de empresas.

As incubadoras de empresas, da maneira como foram pensadas e como têm desenvolvido seu trabalho, no Brasil, configuram-se, verdadeiramente, relevantes alternativas para viabilização de novas formas de obtenção de trabalho e renda via o incentivo de pequenos e médios empreendimentos e do desenvolvimento tecnológico?

O objetivo principal é evidenciar a relevância das incubadoras de empresas para um contexto de mudanças no mundo do trabalho que conduziram ao crescente aumento da taxa de desemprego no Brasil e às exigências, cada vez mais crescentes, de as empresas ganharem competitividade a partir do desenvolvimento tecnológico.

Dentre os quadros teórico-metodológicos disponíveis acerca das transformações do mundo do trabalho, destacam-se alguns autores que realizam relevantes análises dentro da Sociologia do Trabalho. Harvey (1992) e Castells (1999) falam sobre a transição da Sociedade Industrial para a Pós-industrial e suas implicações nos processos de trabalho e nas organizações, assim como no modo de consumo. Os textos de Offe

(1994) e de De Masi (2000) também são imprescindíveis na abordagem dessas questões. Zarifian (2001), ante todas as mudanças ocorridas nas relações de trabalho, propõe um modelo de competência com o objetivo de retornar o trabalho ao trabalhador e Drucker (1993) reforça a questão do aprendizado vitalício, essencial na Sociedade Pós-Industrial. Lazzareschi (2008) aborda o processo de reestruturação produtiva nas empresas e seu impacto para o mundo do trabalho.

Para tratar do sistema de incubação, é preciso compreender antes a importância do empreendedorismo, associado ao desenvolvimento tecnológico. Dolabela et al. (1999) destacam que as incubadoras possibilitam a geração de novos postos de trabalho e de novas tecnologias, via empreendedorismo.

Com o intuito de explicitar as características dos processos de incubação no Brasil, os documentos publicados pela Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas (Anprotec) foi a referência essencial. A Anprotec é a associação que representa os interesses das incubadoras de empresas, parques tecnológicos e empreendimentos inovadores no Brasil.

A finalidade da discussão que aqui se propõe é incentivar o sistema de incubação de empreendimentos, especialmente, nas instituições de ensino superior, no intuito de sensibilizá-las para a necessidade do incentivo ao empreendedorismo, considerando as novas manifestações do perfil econômico mundial, principalmente no que se refere às mudanças nas relações de trabalho, dando especial atenção, é claro, às demandas e necessidades da sociedade e do desenvolvimento inclusivo e emancipatório do país.

As transformações do mundo do trabalho

A Sociedade Industrial, centrada na produção em larga escala de bens materiais, deu lugar à Sociedade Pós-industrial, centrada na produção de bens não materiais, tais como serviços, informações, símbolos, estética e valores. A Sociedade Pós-industrial pode ser caracterizada, especialmente, pela centralidade dada ao conhecimento teórico, que se tornou a base das inovações tecnológicas e a expansão do setor de serviços.

A transição assinalada influenciou as metamorfoses no mundo do trabalho, impactando a sociedade contemporânea, sobretudo, pelo fim do

pleno emprego no seu sentido clássico. Harvey (1992) salienta que passou a ser incompatível o novo sistema capitalista, redesenhado na Sociedade Pós-industrial, com o pleno emprego.

Entre as décadas de 70 e 80, o Brasil, assim como todos os demais países foram inseridos no contexto da reestruturação produtiva, a partir da necessidade de recomposição do regime de acumulação do capital. Vale ressaltar que o Brasil, em relação aos países centrais, inseriu-se em condições subalternas.

Não somente pela necessidade de recomposição do regime de acumulação do capital, a reestruturação produtiva foi impulsionada, sobretudo, pela inovação tecnológica (tecnologias da informação) e pela transformação organizacional (*toyotismo; just in time; kanban*), com enfoque na flexibilidade e na adaptabilidade, cuja primeira consequência e mais importante foi a desestruturação dos mercados de trabalho. A reestruturação produtiva ficou caracterizada, então, pela flexibilidade dos processos de trabalho, pela flexibilidade dos mercados de trabalho e pela flexibilidade dos padrões de consumo.

Nos termos apresentados por Castells (1999), a revolução da tecnologia da informação foi essencial para a implementação do processo de reestruturação do sistema capitalista. Surge um novo sistema econômico e tecnológico caracterizado como capitalismo informacional, que tem como seu traço mais típico uma economia global. A competição entre as empresas acirrou-se, levando à intensificação do processo de globalização, não só financeira e comercial, mas também de produção e de consumo.

Todas as transformações ocorridas dentro das organizações contribuíram significativamente para o nível histórico bastante elevado da taxa de desemprego. A Tabela 1 exemplifica a realidade brasileira de altas taxas de desemprego, no período de novembro de 2008 a novembro de 2009.

Tabela 1 – Taxas de desemprego total
Regiões metropolitanas e Distrito Federal – nov-08/nov-09

Regiões	nov-08	out-09	nov-09	em porcentagem	
				Variação	
				nov-09/out-09	nov-09/nov-08
Total	13,0	13,7	13,2	-3,6	1,5
Distrito Federal	15,7	15,1	15,3	1,3	-2,5
Belo Horizonte	8,3	10,0	9,8	-2,0	18,1
Porto Alegre	10,2	10,4	10,0	-3,8	-2,0
Recife	18,2	19,2	17,7	-7,8	-2,7
Salvador	19,9	18,7	17,8	-4,8	-10,6
São Paulo	12,3	13,2	12,8	-3,0	4,1

Fonte: Convênio Seade – Dieese, MTE/FAT e convênios regionais.

Na crise de consumo que levou à reestruturação produtiva das empresas, os capitalistas passaram a investir maciçamente em capital constante (meios de produção) em detrimento do investimento em capital variável (força de trabalho viva), levando ao ápice o que se conhece hoje, na Sociedade Pós-industrial, como desenvolvimento sem trabalho humano, que é um dos fatores que contribuem para o constante aumento do desemprego, explica De Masi (2000).

O número de postos de trabalho diminui progressivamente. Para ocupar os remanescentes é necessário uma qualificação superior à que era exigida na Sociedade Industrial, passando a exigir dos trabalhadores novas competências de trabalho. Zarifian (2001) sugere três propostas para o entendimento da competência que se exige hoje do trabalhador: a competência é “o tomar iniciativa” e “o assumir responsabilidade” do indivíduo diante de situações profissionais com as quais se depara; a competência é um entendimento prático de situações que se apoiam em conhecimentos adquiridos e os transformam na medida em que aumenta a diversidade das situações; e, por fim, a competência é a faculdade de mobilizar redes de atores em torno das mesmas situações, além de fazer com que esses atores compartilhem as implicações de suas ações e assumam áreas de corresponsabilidade. A nova Sociedade Pós-industrial tem como principal recurso o conhecimento, e que, por isso, as pessoas precisam aprender a aprender, além de manter um aprendizado vitalício.

No entanto, a garantia de ocupação de um posto de trabalho não depende apenas do indivíduo, envolve, também, fatores de ordem macroeconômica: políticas econômicas e sociais específicas; e as conjunturas econômicas nacionais e internacionais. A saída possível

ao trabalhador é a combinação de sua capacidade de ocupar um posto de trabalho com a capacidade de garantir a sua sobrevivência como trabalhador autônomo.

Em virtude do que se tem desenhado, tanto nas transformações ocorridas nos processos de produção, quanto nas novas exigências para se obter um trabalho, é que se torna importante criar condições necessárias para garantir oportunidades profissionais, inclusive em outros formatos de trabalho que não somente o da carteira assinada. No entanto, deve-se considerar que, independente da alternativa que se escolha, ela terá sempre que ser avaliada no contexto de um sistema econômico global, cujo aspecto mais notável é o domínio exercido por empresas transnacionais.

Empreendedorismo e desenvolvimento tecnológico

Nesse contexto de relevantes transformações, do qual decorreu o crescente aumento do nível de desemprego, destaca-se a tendência crescente do conceito de empreendedorismo, não apenas no sentido de se abrir um negócio próprio, mas também na valorização do espírito empreendedor como perfil adequado aos profissionais que atuam nas organizações privadas ou públicas. Necessita ser proporcionado às pessoas condições de externalizar seus potenciais por meio de atitudes empreendedoras, visto que o empreendedorismo é uma das respostas para vencer o maior de todos os desafios brasileiros, que é reduzir as enormes desigualdades sociais.

Dado que a taxa de mortalidade de empresas nascentes é elevadíssima, o suporte aos novos empreendimentos, nos seus primeiros anos de existência, é essencial. Tal como falou Dolabela (1999), a tarefa de estímulo e apoio à criação e consolidação de empresas não é atribuição de apenas um setor da sociedade, mas sim de todas as suas forças, atuando quer sob a forma de ações concretas, tais como consultoria, incubação, financiamento, quer sob a forma de construção de uma estrutura legal-tributário, criando meio ambiente em que o empreendedor e a pequena empresa recebam o tratamento e as condições necessárias ao seu florescimento e consolidação.

O surgimento de novas empresas necessita ser induzido pelas universidades, associações de empresas do setor, incubadoras e parques tecnológicos, entre outros. Em especial as incubadoras e os parques

tecnológicos têm o papel de dar condições para a concretização de uma idéia inovadora.

Clusters, Pólos de Desenvolvimento Regional, Arranjos, Arranjos Produtivos Locais (APL), Sistema Local de Inovação, Polo Tecnológico ou Tecnópoles¹ são as diversas denominações dadas para o estágio mais abrangente de um mecanismo de promoção de interação universidade-empresa, de empreendedorismo e de inovação, ou seja, de um empreendedorismo tecnológico, já que o empreendedorismo, propriamente dito, não está, necessariamente, inserido em um sistema de inovação. Todos são mecanismos, estratégias ou caminhos para promover um processo estruturado e sistêmico de desenvolvimento social, econômico e humano.

No processo de geração de empresas, é necessário que três aspectos importantes sejam observados, explicam Silva e Dolabela (1997). Primeiro, a existência de legislação específica para o setor que incentive o surgimento de empresas e a transferência de tecnologia e capacitação gerencial. Segundo, a existência de agências de fomento que financiem a melhoria da qualificação dos recursos humanos das empresas e dos produtores de conhecimento. Terceiro, a necessidade do envolvimento das lideranças empresariais e políticas para definir e implementar programas de desenvolvimento arrojados para o Estado. As incubadoras de empresas atuam no sentido de convergirem os três aspectos destacados, possibilitando que as empresas incubadas desenvolvam-se a ponto de gerarem novos postos de trabalhos e novas tecnologias.

A pesquisa Global Entrepreneurship Monitor (GEM) 2008 demonstrou que o Brasil apresenta uma das mais baixas taxas de lançamento de novos produtos e de uso de tecnologias disponíveis há menos de um ano no mercado. Apenas 3,3% dos empreendimentos brasileiros têm capacidade de propor e lançar novos produtos. Os especialistas consultados na pesquisa justificam os dados pela fragilidade do sistema brasileiro de apoio à inovação, da estrutura de apoio formal à elaboração, orientação e acompanhamento de projetos e da estrutura de financiamento às empresas.

De acordo com a GEM 2009, divulgada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), apenas 0,6% das micro e pequenas

¹ Centros urbanos que dispõem de grande potencial de ensino e pesquisa, favorável ao desenvolvimento das indústrias de ponta.

empresas brasileiras são inovadoras. O Brasil está entre as últimas posições no *ranking* dos 43 países pesquisados no estudo (Melo, 2009).

Um país que incentiva o processo de inovação, o faz buscando a geração de soluções, de produtos e serviços, para certos nichos de mercados, baseados no conhecimento. Nesse sentido, as universidades, e aqui se incluem os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), os Institutos Federais de Educação Tecnológica (IFETs) e as Universidades Tecnológicas (UTs), têm um papel muito importante, pois eles são os maiores responsáveis por estimular a criatividade a ponto de transformar o profissional brasileiro de mero leitor de manuais de técnicas originárias de outros países em desenvolvedores de tecnologia.

O Brasil precisa demonstrar que seus trabalhadores têm potencial para serem não somente usuários de tecnologia, mas também inovadores e produtores de conhecimentos necessários para a transformação da sua realidade, por isso, é imprescindível a existência de políticas públicas que incentivem a capacitação gerencial, o crédito, a tecnologia, a infraestrutura para comercialização e comunicação, entre outros apoios. Pesquisas como a GEM reforçam a importância da contínua criação e consolidação de políticas públicas em apoio ao empreendedorismo inovador nascente no Brasil, assim como fazem as incubadoras de empresas.

Para o Brasil, um dos desafios é aproximar a Ciência e a Tecnologia (C&T) da Inovação. Outro desafio é o de aproximar o sistema universitário e as atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) das empresas, transformando não somente os recursos financeiros em conhecimento, mas também o conhecimento em riqueza. Não é mais possível ser um país mero exportador de *commodities*. O investimento em C&T é essencial para aumentar o valor agregado das exportações brasileiras.

Mecanismos para enfrentar esses desafios já existem: incubadoras de empresas, parques tecnológicos congregando universidades, centros de pesquisa, escolas técnicas e fomentadores públicos ou privados com interesse em tecnologia e inovação, entre outros. O que é necessário é estimular estes mecanismos por políticas públicas a fim de criar pontes de cooperação em benefício da economia local e nacional. Todos os instrumentos têm sido criados a partir da confiança que se tem na possibilidade de progresso e melhoria da sociedade, especialmente das comunidades locais, mediante o avanço tecnológico e o empreendedorismo.

A gênese e relevância das incubadoras

Uma estratégia adotada por uma parcela de trabalhadores é a de desvencilhar-se da mentalidade de empregados e procurar alternativa de geração de trabalho e renda, seja pela via do trabalho informal, das empresas autogeridas ou da economia solidária, cujas perspectivas circulam em torno de uma prática mais democrática, das oportunidades surgidas a partir das terceirizações, das cooperativas populares, ou das incubadoras empresariais.

O sistema de incubação de empreendimentos iniciou-se em meados do século XX nos países desenvolvidos. As primeiras políticas públicas de apoio aos parques tecnológicos e incubadoras de empresas, no Brasil, foram lançadas na década de 80. Elas podem ser: organizações públicas ou sem fins lucrativos, organizações acadêmicas, híbridas, privadas, etc.

A Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas (Anprotec), surgida em 1987 no Brasil, passou a representar não só os interesses das incubadoras de empresas e dos parques tecnológicos, mas de todo e qualquer empreendimento que utilizasse o processo de incubação para gerar inovação no país.

A Anprotec agrega, atualmente, 255 entidades associadas, que representam cerca de 400 incubadoras de empresas e 6.300 empreendimentos inovadores nos mais diferentes setores da economia, que juntos envolvem, aproximadamente, 33.000 pessoas em todo território brasileiro, ocupando postos de trabalho qualificados. Esses dados correspondem ao resultado de uma média de crescimento anual de cerca de 30% do número de incubadoras de empresas.

Os tipos de incubadoras agregadas pela Anprotec são: Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica, Incubadoras de Empresas de Setores Tradicionais, Incubadoras Mistas, Incubadoras Setoriais, Incubadoras Agroindustriais, Incubadoras de Cooperativas (tecnológicas ou não), Incubadoras Sociais, Incubadoras Culturais e Incubadoras de Artes.

Os critérios para aceitação dos empreendimentos a serem apoiados perpassam por exigências, tais como: geração de empregos; potencial para um rápido crescimento; geração de novas tecnologias; autossustentação; e demonstração de viabilidade técnica, científica e econômica para que possam obter os apoios necessários.

Os empreendimentos selecionados para as incubadoras brasileiras podem encontrar-se em uma das seguintes situações: Incubação à distância; Pré-incubação; Empresa incubada; Empresa associada e Empresa graduada.

De acordo com a Anprotec, a incubação à distância trata-se de um processo de desenvolvimento de um empreendimento ou empresa que recebe suporte da incubadora, mas sem ocupar sua estrutura física.

Entende-se por pré-incubação (também conhecido como Hotel de Projetos, Hotel de Ideias e Hotel Tecnológico) um conjunto de atividades que busca estimular o empreendedorismo e preparar os projetos que tenham potencial de negócios em empresas, durante um curto período (de 6 meses a um ano no máximo), para ingresso na incubadora. A ênfase é dada ao plano de negócios, à pesquisa de mercado e à preparação dos empreendedores sobre gestão de negócios.

Depois de passar pelo processo de seleção, a empresa envereda-se pela fase de empresa incubada (ou empresa residente), na qual desenvolve produtos ou serviços inovadores e recebe o apoio técnico, gerencial e financeiro de uma rede de instituições constituída, primordialmente, para criar e acelerar o desenvolvimento de pequenos negócios. O período de permanência nas incubadoras é, em média, de três anos.

A Anprotec define como empresa associada (ou não residente) aquela que utiliza a infraestrutura e os serviços oferecidos pela incubadora, sem ocupar espaço físico, mantendo vínculo formal. A empresa associada busca o desenvolvimento de produtos e processos e o aprimoramento de suas ações mercadológicas. Ela tanto pode ser uma empresa recém-criada, como uma já existente no mercado.

A empresa graduada (ou empresa liberada) é aquela organização que passou pelo processo de incubação e que alcançou desenvolvimento suficiente para ser habilitada a sair da incubadora. O vínculo com a incubadora pode manter-se na condição de empresa associada.

Em Minas Gerais existe a Rede Mineira de Inovação (RMI) que tem como uma de suas metas a de divulgar as incubadoras e suas empresas incubadas. A entidade tem sua proposta de trabalho focada na continuação do ciclo de melhoria permanente desse movimento no Estado e, nesse sentido, posiciona-se como uma das precursoras dessas mudanças, de forma efetiva, através de ações estratégicas implementadas em Minas Gerais.

O Balancete 2007, publicado pela RMI, apresentou diversos dados importantes, a saber: somam um total de 27² incubadoras em Minas Gerais, 3 parques tecnológicos, 2.178 postos de trabalho qualificados, com estimativa de 2.800 postos para 2008 e um faturamento bruto (empresas incubadas e graduadas) de R\$134.989.957,14 em 2007, com estimativa de R\$148.000.000,00 para 2008.

Em Belo Horizonte existem, atualmente, oito incubadoras, a saber: Index – Incubadora de Design da Fumec; Centro de Empreendedorismo e Inovação do Departamento de Ciência da Computação da UFMG – Inovatec; Incubadora de Empresas do CEFET-MG – Nascente; Incubadora de Empresas de Base Tecnológica em Informática - Insoft-BH; Incubadora de Empresas Inova Age UFMG; Habitat; Incubadora de Empresas de Gestão Comercial da ACMINAS; e Incubadora da Escola de Design – IED.

As incubadoras contribuem para a promoção do empreendedorismo, do desenvolvimento econômico-regional, da geração de empregos, do desenvolvimento tecnológico e da diversificação econômico-regional, oferecendo produtos e serviços inovadores. Seus principais estimuladores acreditam que elas são uma opção inteligente e apropriada para promover o desenvolvimento socioeconômico local e nacional. Proporcionam, portanto, duas motivações de naturezas distintas: econômica e social.

O apoio financeiro direto (custeio), promovido pelas entidades parceiras e estimuladoras das incubadoras, foi mensurado da seguinte forma pela pesquisa Panorama Anprotec 2001: Sebrae – 62%, Prefeituras Municipais – 33%, Conselho Nacional das Indústrias (CNI), Instituto Euvaldo Lodi (IEL), Federação das Indústrias e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) – 22%, Universidades – 18%, Fundações Estaduais – 18%, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – 13%, Associações Comerciais – 6%, e Bancos de Desenvolvimento – 6%. Outras entidades apoiadoras são: Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) e Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

As incubadoras de empresas e os parques tecnológicos foram criados justamente para capacitar empreendedores e apoiar na formação de novos empreendimentos. Representam um apoio diferencial, aliando a formação de uma massa crítica de empreendedores e a criação e desenvolvimento tecnológico.

2 Na verdade, o número de incubadoras existentes no Estado de Minas Gerais, constante no Balancete de 2007, é 25. No entanto, a RMI atualizou as informações e o número atual de incubadoras é 27.

A Anprotec baseia a missão estratégica das incubadoras, vista como seu princípio filosófico, na premissa de que o aproveitamento, a captação, o desenvolvimento, bem como a transferência de tecnologia, propiciam a tão desejada interação empresa-sociedade-universidade, sendo imprescindível para tal a mudança dos valores culturais das instituições. Essa ação resultante da transformação de pesquisas em novos negócios proporciona a criação de empregos, qualifica trabalhadores, moderniza setores mais tradicionais da economia e auxilia na formação de empreendedores tecnicamente capacitados e conscientes da necessidade de produtos inovadores.

As ações de uma incubadora passam pela geração de uma capacidade tecnológica a fim de potencializar a inserção produtiva dos trabalhadores, possibilitando, ao mesmo tempo, uma mobilização que é política, econômica e social. A perspectiva que se tem é a de permitir o acesso às políticas públicas de crédito e outras (Banco do Povo, Programas de Microcrédito, Banco do Empreendedor, Bancos de arranjos produtivos, Programas de financiamento a juro zero, Cooperativas de crédito, etc), aos investimentos em tecnologia e inovação tecnológica e à educação.

O vínculo estabelecido entre as incubadoras e as instituições de ensino quase sempre se dá por meio de programas de extensão. A extensão universitária ou acadêmica pressupõe uma ação junto à comunidade, disponibilizando ao público externo da Instituição o conhecimento adquirido com o ensino e a pesquisa desenvolvidos pelas universidades e demais instituições de ensino. As incubadoras são vistas como programas de extensão totalmente diferentes dos vários programas de extensão já praticados pelas instituições de ensino e pesquisa brasileiras, cujos objetivos, quase sempre, são de cunho assistencialistas.

O movimento brasileiro de incubação avança como um dos grandes instrumentos de desenvolvimento econômico, tecnológico e social. As incubadoras dão retornos, para aqueles que nelas acreditam, na forma de uma melhor distribuição e geração de renda, criação de postos de trabalho qualificados e aperfeiçoamento da capacidade tecnológica do país. Os públicos alvos das ações das incubadoras são os governos, as instituições mantenedouras/parceiras das incubadoras, as comunidades locais, os empreendedores e os setores de desenvolvimento tecnológico de empresas já existentes.

Para o governo, as principais vantagens trazidas pelas incubadoras perpassam as seguintes questões: identificação das reais oportunidades de negócios competitivos e a viabilização destes e do desenvolvimento sustentável; promoção e apoio no desenvolvimento de políticas regionais/ locais de inovação, especialmente para as micros e pequenas empresas; promoção do desenvolvimento tecnológico do Estado; promoção da diversificação da economia local/regional, atuando como uma plataforma de desenvolvimento ao buscar potencializar as vocações regionais e suprimir a deficiência das cadeias produtivas locais; geração de emprego e renda; e o fortalecimento do espírito associativista.

As instituições mantenedouras/parceiras das incubadoras vislumbram como vantagens as seguintes questões: identificação de novos fornecedores e prestadores de serviços, bem como ofertantes de novos produtos e serviços; identificação de pesquisa e desenvolvimento com viabilidade de comercialização e/ou sua transformação em novos produtos e serviços de alta tecnologia, e com isso, possibilidade de diversificação das fontes de receita; contribuição para o desenvolvimento rápido de empresas nascentes; utilização de competência técnica e estrutura ociosa; oportunidades para formação complementar de alunos; e, por fim, diminuição da taxa de mortalidade das micro e pequenas empresas.

A comunidade local percebe as seguintes vantagens na viabilização de incubadoras: incremento no número de novos postos de trabalho e geração de renda; impulso e revitalização da economia local; e implementação de novas redes de negócios.

As vantagens advindas da implementação de incubadoras na visão dos empreendedores perpassam as seguintes questões: diminuição da distância entre conhecimento teórico e prático; redução do custo e riscos do processo de inovação; estabelecimento de redes/alianças estratégicas; facilidades para o acesso rápido ao mercado; criação de uma cultura de gestão, inovação e planejamento; incentivo de práticas gerenciais para a competitividade; acesso a equipamentos de elevado investimento em capital fixo e que poderiam inviabilizar o início de um pequeno empreendimento; e redução dos custos operacionais e de parte das atividades gerenciais básicas como manutenção, vigilância e limpeza.

Por todas as questões aqui abordadas, considera-se as incubadoras de empresas relevantes alternativas tanto para a geração de empreendimentos

competitivos e novos postos de trabalho qualificados, quanto para a difusão, para a sociedade, dos avanços tecnológicos alcançados. Elas influem decisivamente no desenvolvimento regional, ampliando a matriz produtiva dos Estados e Municípios e fixando as pessoas em suas regiões com a criação de oportunidades trabalho.

Considerações finais

A partir da análise feita, considera-se que, ao se tratar da forma de organização do trabalho na Sociedade Pós-industrial não se pode mais ter em mente o emprego formal como a única forma de obtenção de renda, pois o sistema de metabolismo social do capitalismo necessita, cada vez menos, de trabalho estável e, cada vez mais, das diversificadas formas de trabalho parcial ou *part-time*, terceirizado, subcontratado, entre outros.

É compreensível que os problemas sociais advindos da desestruturação dos mercados de trabalho sejam de extrema gravidade e coloquem os envolvidos em situações de difíceis soluções no curto e médio prazo. Por essa razão, é posto um desafio a ser enfrentado por trabalhadores, capitalistas e governos, que essencialmente deverão envolver-se e empenhar-se em negociações articuladas, bem sucedidas a fim de se evitar uma convulsão social e reduzir o sofrimento de grande parte da população mundial.

As incubadoras de empresas contribuem dando apoio ao surgimento de novos empreendimentos, especialmente quando desenvolvem (ou aprimoram) tecnologias, produtos e processos e geram emprego, renda e desenvolvimento local e regional. A incubação de empreendimentos tecnológicos pode, por vezes, suscitar a promoção do desemprego, no entanto, aqui é dada importância ao desenvolvimento tecnológico que libera o ser humano de trabalhos enfadonhos ou que contribui para a garantia de vida humana e ecológica plenas. Quanto à questão do desenvolvimento, deve-se considerar uma visão mais ampla da questão, ou seja, refiro-me a um desenvolvimento ético e humano e não puramente material.

O complexo mundo do trabalho, na Sociedade Pós-industrial, deve ser compreendido como algo construtivo, a partir das possibilidades advindas da inserção das novas tecnologias, é claro, sem desconsiderar todas as implicações negativas advindas de todas as mudanças.

Sugere-se, no entanto, que outras pesquisas sobre o sistema de incubação de empreendimentos sejam realizadas com o intuito de se conhecer o real impacto de sua atuação na sociedade, visto que os governos têm incentivado a sua atuação. O nível de percepção social desse tipo de iniciativa precisa ser captado a fim de que seja conhecido até que ponto as incubadoras têm se mostrado uma possibilidade real para todas as camadas da sociedade.

Referências bibliográficas

CASTELLS, M. (1999). *A era da informação: economia, sociedade e cultura. A sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra.

CATÁLOGO DA REDE MINEIRA DE INOVAÇÃO (2008/2009). Belo Horizonte.

DE MASI, D. (2000). *O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial*. Rio de Janeiro, José Olympio; Brasília, DF, Editora da UnB.

DOLABELA, F., PRADO, A. e NETO, F. (1999). *Uma incubação sem incubadora: como induzir parcerias entre empresas de base tecnológica*. O caso Squadra – Doctor Sys, 3rd International Conference on Technology, innovation, and Policy- Global Knowledge Partnerships: creating Value for the 21st Century, August 30-September 2. Austin, Texas.

DRUCKER, P. (1993). *Sociedade pós-capitalista*. São Paulo, Pioneira.

HARVEY, D. (1992). *A Condição Pós-Moderna: uma perspectiva sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo, Loyola.

LAZZARESCHI, N. (2008). *Sociologia do trabalho*. Curitiba, IESDE Brasil S.A.

MELO, P. (2009). “Brasil poderá ter 80 mil pequenas empresas inovadoras em 2 anos”. disponível em: http://www.administradores.com.br/noticias/brasil_podera_ter_80_mil_pequenas_empresas_inovadoras_em_2_anos/24163/. Acesso em em: 21/10/2009).

OFFE, C. (1994). *Capitalismo Desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo, Brasiliense.

PANORAMA ANPROTEC. Disponível em: www.anprotec.org.br/secao panorama.php. Acesso em: 30/10/2009).

SEBRAE/NA(2008). “GEM: Global Entrepreneurship Monitor: empreendedorismo no Brasil 2008”. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-pesquisas/estudos-e-pesquisas/empreendedorismo-no-brasil-pesquisa-gem/gem-2008>.

SILVA, F. Q .B. e DOLABELA, F. (1997). “Fábrica de empresas: a experiência de geração de novos empreendimentos em Pernambuco”. VI Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas. *Anais...*, pp. 168-177, Salvador, Brasil.

SISTEMA PED. “Pesquisa de Emprego e Desemprego”. Disponível em: http://www.dieese.org.br/ped/metropolitana/ped_metropolitana1109.pdf. Acessado em: 7/1/2010)

ZARIFIAN, P. (2001). *Objetivo competência: por uma nova lógica*. São Paulo, Atlas.